

**16. PROPOSTA PARA NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIAS NAS COMISSÕES MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL E DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIO:**

Do **Sr. Vereador Altino Bessa**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, proposta elaborada pelo Coordenador Técnico da Proteção Civil, Vítor Azevedo, relativa a designação de representantes das juntas de freguesia nas comissões municipais de proteção civil e de defesa da floresta contra incêndio, que se anexa.

*À ~ do Entro 21.11.23*

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL



PROPOSTA DE SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGA PARA NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA NAS COMISSÕES MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL E DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIO

No seguimento das eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021, torna-se necessário proceder à designação pela Assembleia Municipal de Braga, dos representantes das Juntas de Freguesia nas Comissões Municipais de Proteção Civil e Defesa da Floresta Contra Incêndio nos seguintes moldes:

1 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL (CMPC):

- a) De acordo com o disposto na alínea i) do Artigo 41.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, na redação atual, integra a Comissão Municipal de Proteção Civil “Um representante das juntas de freguesia a designar pela assembleia municipal”.

2 – COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIO (CMDF):

- a) As CMDF eram reguladas pelo Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, sendo a sua composição definida no Artigo 3.º -D, que define na sua alínea b) a integração de “Até cinco representantes das freguesias do concelho, a designar pela assembleia municipal”;
- b) A 13 de outubro, é publicado o Decreto-Lei n.º 82/2021, que estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento e revoga o Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho.
- c) De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, “As comissões municipais de defesa da floresta contra incêndios constituídas ao abrigo do Decreto -Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, mantêm -se em funções até à constituição das comissões municipais de gestão integrada de fogos rurais previstas no artigo 29.º nos respetivos concelhos, exercendo as competências atribuídas a estas últimas pelo presente decreto -lei.”.

Para a constituição das comissões municipais de gestão integrada de fogos rurais, é devida a articulação com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e orientações por este, respeitando a sequência da criação das comissões de nível superior (nacional, regional e sub-regional).

**A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.**



- d) Pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, é disposto na alínea b) do n.º 3, do artigo 29.º, que na CMGIFR integram “Até dois representantes das freguesias do concelho, a designar pela assembleia municipal”.

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal:

- 1 – Designe um representante efetivo e um suplente para a Comissão Municipal de Proteção Civil;
- 2 – Designe dois representantes das freguesias do concelho para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta;
- 3 – Delibere no sentido da manutenção dos representantes agora designados, assim que sejam concretizadas as orientações atinentes à criação da comissão municipal de gestão integrada de fogos rurais de Braga.

Braga, 02 de novembro de 2021

À consideração superior

**A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.**